

Sumário

| | |
|---|-------|
| Lista de Figuras | XVII |
| Lista de Gráficos | XIX |
| Lista de Quadros | XXI |
| Lista de Tabelas | XXIII |
| Lista de Siglas e Abreviaturas | XXV |
| Prefácio à Segunda Edição | 1 |
| Prefácio | 3 |
| Apresentação | 5 |
| Nota à Segunda Edição | 7 |
| Introdução | 9 |
| Capítulo 1 – A Crise do Antropoceno e os Impactos na Amazônia Legal | 13 |
| 1.1 O Antropoceno como nova época geológica | 15 |
| 1.1.1 O reconhecimento – e a denominação – de uma nova época geológica: Antropoceno | 17 |
| 1.1.2 O rompimento das fronteiras planetárias e a crise do Antropoceno..... | 23 |
| 1.2 Peculiaridades do Antropoceno na Amazônia Legal: ocupação e consequências | 30 |
| 1.2.1 A Amazônia Legal como fronteira de capital: ocupação, transformação e desdobramentos | 32 |
| 1.2.2 O fenômeno da urbanização, impactos negativos e a Amazônia do Século XXI..... | 41 |

| | |
|--|------------|
| 1.3 O pensamento complexo e o Estado de Direito Democrático, Social e Ecológico | 51 |
| 1.3.1 A necessária superação do binômio ser humano e natureza: a adoção do pensamento complexo | 52 |
| 1.3.2 O Direito no Antropoceno: rumo à construção do Estado de Direito Democrático, Social e Ecológico | 59 |
| Capítulo 2 – A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Atuação do Estado | 67 |
| 2.1 A sociedade de hiperconsumo e a crise de resíduos | 68 |
| 2.1.1 A construção de uma sociedade hiperconsumista | 69 |
| 2.1.2 A crise de resíduos..... | 75 |
| 2.2 Resíduos sólidos: definições e perspectivas | 83 |
| 2.2.1 Conceituação e classificação..... | 84 |
| 2.2.2 A concepção alargada do Direito dos Resíduos: o estudo dos fluxos de materiais..... | 91 |
| 2.3 O mínimo existencial ecológico e o papel do Estado: a proibição da má gestão e o dever da boa gestão | 95 |
| 2.3.1 A dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e a instituição do mínimo existencial ecológico | 95 |
| 2.3.2 Para além da proibição da má gestão: o devido tratamento dos resíduos sólidos como condição para a garantia do mínimo existencial ecológico e o dever da boa gestão..... | 104 |
| 2.4 Panorama da gestão de resíduos sólidos na Amazônia Legal | 115 |
| Capítulo 3 – Os Tribunais de Contas e a Maior Efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Âmbito da Amazônia Legal..... | 129 |
| 3.1 O “esverdeamento” dos Tribunais de Contas e o controle da Política Nacional de Resíduos Sólidos | 130 |
| 3.1.1 O redimensionamento ecológico das competências constitucionais dos Tribunais de Contas | 131 |

| | |
|---|------------|
| 3.1.2 Diretrizes para o controle da realização da Política Nacional de Resíduos Sólidos | 137 |
| 3.2 Os Tribunais de Contas da Amazônia Legal em perspectiva: exemplos de atuações | 141 |
| 3.2.1 Realização de capacitações interna e externa na área de resíduos sólidos pelos Tribunais de Contas da Amazônia Legal..... | 142 |
| 3.2.2 Realização de auditorias operacionais na área de resíduos sólidos pelos Tribunais de Contas da Amazônia Legal..... | 147 |
| 3.3 Aspectos para o aprimoramento da atuação dos Tribunais de Contas da Amazônia Legal em prol da boa gestão dos resíduos sólidos | 154 |
| 3.3.1 Da difusão de um novo tipo de controle: o controle de resultados e as auditorias operacionais | 155 |
| 3.3.2 Da realização de capacitações continuadas e divulgação de informações: profissionalização dos servidores, dos jurisdicionados e fomento do controle social..... | 166 |
| 3.3.3 Adoção de uma autogestão sustentável comprometida com a questão dos resíduos sólidos: a liderança pelo exemplo | 175 |
| Considerações Finais..... | 179 |
| Referências | 185 |